Página PT 13

Nº 95 ■ MARÇO/2011

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Março, mês da mulher

Além da continuidade, mudanças

Dilma foi eleita presidenta da República no dia 31 de outubro de 2010. Tomou posse no dia 1 de janeiro de 2011. Quatro meses depois da vitória e dois meses depois do início do mandato, já existe um animado debate sobre a natureza de seu governo, sobre as relações com o governo anterior, bem como sobre o grau de influência de setores social-liberais que muitos imaginavam definitivamente derrotados.

Tal polêmica não nos surpreende. Ela decorre em primeiro lugar de uma ofensiva midiática, que dá prosseguimento a estratégia adotada pela oposição durante a campanha presidencial, centrada principalmente em colocar cunhas entre o PT, Lula e Dilma. A polêmica decorre, de outra parte, das debilidades do próprio Partido dos Trabalhadores e da esquerda, pois deixamos que terceiros construam impunemente sua narrativa sobre nós. Mas decorre, no fundamental, de impasses estratégicos não resolvidos durante o governo Lula e não tratados durante a campanha eleitoral, impasses que, se não forem resolvidos durante o governo Dilma, podem ameaçar nosso projeto de transformação do Brasil.

Lembramos que o ano de 2010 foi marcado principalmente pela disputa eleitoral para a presidência da república, disputa polarizada entre duas candidaturas e duas vias de desenvolvimento nacional.

Embora a distinção entre tais programas nem sempre fique totalmente clara, foi a luta entre eles que marcou grande parte da história do Brasil no século XX.

De um lado, a via conservadora de desenvolvimento capitalista; de outro lado, a via democrática de desenvolvimento capitalista.

Na década de 1980, a crise da ditadura militar e do seu modelo econômico, as divisões no seio da burguesia e o crescimento da participação política das camadas populares levaram a que a via democrática fosse hegemonizada pelos setores socialistas.

Esta hegemonia socialista sobre os adeptos da via democrática de desenvolvimento capitalista se materializou no apoio recebido, pela candidatura Lula presidente, no segundo turno das eleições de 1989.

Da outra parte, os defensores da via conservadora de desenvolvimento capitalista foram hegemonizados pelos setores neoliberais, encabeçados no segundo turno de 1989 por Collor.

Em 1989, portanto, se materializou uma situação defendida pelos fundadores do PT: que as tarefas programáticas implícitas na chamada via democrática de desenvolvimento capitalista só poderiam ser executadas como parte e sob hegemonia dos socialistas.

Noutras palavras: que ter sucesso em objetivos como a soberania nacional, a democratização política radical, a reforma agrária etc., dependeria de articularmos a via democrática capitalista com um projeto mais avançado, de tipo socialista. Combinação que se traduzia na chamada alternativa democrático-popular e socialista, aprovada pela 5º Encontro Nacional do PT.

O ano de 1989 foi o momento em que chegamos mais perto de materializar esta combinação entre via democrático-capitalista e via socialista.

Como fomos derrotados na disputa de 1989, aquele ano foi também o ponto de partida de uma década de hegemonia neoliberal, na qual a esquerda recuou programaticamente.

De defensores da combinação entre via democrática e via socialista, passamos pouco a pouco a defensores da via democrática contra a via neoliberal.

Alguns passaram a defender uma versão light do programa neoliberal, o chamado social-liberalismo.

E outros defendiam o desenvolvimentismo contra o neoliberalismo, não percebendo que na história do Brasil o desenvolvimentismo realmente existente esteve a serviço da via conservadora de desenvolvimento capitalista.

Apesar (e, em certa medida, também por causa deste recuo programático), a esquerda continuou polarizando a disputa política no país. Sem o que não teríamos vencido em 2002, 2006 e 2010.

O programa máximo que tentamos implementar a partir de 1 de janeiro de 2003 foi, portanto, de natureza distinta daquele que teríamos implementado em caso de vitória em 1989.

Não se tratava mais de tentar aplicar um programa democrático-popular articulado com o socialismo, mas sim de tentar aplicar um programa democrático anti-neoliberal. ⇨

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Fernando Nascimento (PE), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Thalita Coelho (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica:** Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,147 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

➪ Pior que isto: devido em parte a correlação de forças, e noutra parte devido a opção social-liberal feita por setores do próprio PT, o programa efetivamente implementado e o discurso feito para defender este programa incluiu variadas concessões ao neoliberalismo.

A partir de 2003, portanto, a clássica disputa entre a via democrática e a via conservadora assumiu uma nova forma, em que se confundiam:

- a) o conflito entre neoliberalismo e desenvolvimentismo;
- b) o conflito entre desenvolvimentismo conservador e desenvolvimentismo democrático-popular;
- c) o conflito entre os defensores do capitalismo e do socialismo. Sendo, como é óbvio, que este terceiro conflito teve e tem baixa relevância, se expressando no debate ideológico e não no terreno das medidas concretas de governo.

As candidaturas de Serra 2002, Alckmin 2006 e Serra 2010 expressaram os defensores do capitalismo, do desenvolvimentismo conservador e do neoliberalismo.

As candidaturas de Lula 2002, Lula 2006 e Dilma 2010 foram apoiadas pelos defensores do socialismo e do desenvolvimentismo democrático-popular. Mas também expressaram as posições de defensores do desenvolvimentismo capitalista, do desenvolvimentismo conservador e do social-liberalismo.

O caráter plural de nossa candidatura, mais os erros cometidos durante a campanha, evidenciaram nossas debilidades estratégicas, que terão que ser equacionadas ao longo do governo Dilma:

Primeiro: para manter o apoio dos 56% que votaram em Dilma precisamos pelo menos manter as taxas atuais de crescimento econômico e distribuição de renda. Devido ao cenário internacional, isto só será possível caso se adotem medidas urgentes e fortes de proteção da economia nacional.

Segundo: para não reforçar o preconceito de uma parcela dos setores médios contra o PT, é preciso abandonar a política atual, que consiste em melhorar a vida dos pobres, sem tocar na riqueza dos milionários, adotando em seu lugar um mix de medidas redistributivas mais amplas, uma política tributária de caráter progressivo e uma ofensiva ideológica e cultural, que enfrente fato de que aqueles setores médios perdem, em relação aos pobres, em termos de status.

O governo Dilma Roussef precisa ser, mais que um governo de continuidade, um governo de mudança. É a partir desta perspectiva que devemos fazer uma avaliação preliminar do que ocorreu nestes 120 dias desde a vitória e cerca de dois meses desde a posse de Dilma.

A primeira reunião ministerial do governo Dilma Rousseff

Terceiro: melhorar a vida material dos pobres, sem melhorar em grau equivalente a sua cultura política, deixa uma parcela dos que melhoraram de vida sujeitos à influência das igrejas conservadoras e do Vaticano, dos meios de comunicação monopolistas, da educação tradicional, bem como da mentalidade de shopping Center tão característica de parte dos setores médios.

Quarto: o PT ganhou sua terceira eleição presidencial, mas ao mesmo tempo enfrenta cada vez mais dificuldades para construir uma hegemonia de esquerda no processo e enfrenta, ao mesmo tempo, um antipetismo cada vez mais duro. Que só poderá ser combatido se o Partido sofrer uma revolução interna, ampliando seus vínculos orgânicos com sua base social trabalhadora; ampliando sua capacidade de expressar uma alternativa socialista no debate cultural, programático e ideológico; e ampliando sua capacidade de efetivamente coordenar uma frente político-social dos setores de esquerda, que nucleie a atual coalizão governista.

Quinto: os resultados de 2010 mostram um crescimento relativo de nossa votação frente ao ano de 2006, mas uma quase estagnação em relação a 2002, tanto na eleição majoritária, quanto na eleição proporcional. Mantida a atual legislação eleitoral, é pouco provável, para não dizer praticamente impossível, formar uma maioria de esquerda no Congresso brasileiro. O que coloca em questão a viabilidade da estratégia majoritária no PT, que consiste em acreditar na possibilidade de transformar o Brasil principalmente através da chamada via eleitoral. Viabilidade que, nos termos atuais, depende de uma reforma política que estabeleça o financiamento público, o voto em lista e o fortalecimento dos partidos, contra propostas conservadoras em curso como o voto distrital.

Enfrentar estas debilidades estratégicas continua sendo o principal desafio do PT, ao longo deste e dos próximos anos.

É por tudo isto que o governo Dilma Roussef precisa ser, mais que um governo de continuidade, um governo de mudança. É a partir desta perspectiva que devemos fazer uma avaliação preliminar do que ocorreu nestes 120 dias desde a vitória e cerca de dois meses desde a posse de Dilma.

Neste período, alguns temas ganharam destaque, entre os quais: o processo de composição do governo; a relação com o PMDB; a eleição da presidência da Câmara dos Deputados e do Senado; o conflito acerca da herança ditatorial; diferenças sobre a política antidrogas e sobre a política cultural; especulações sobre a política de comunicação e sobre a política externa, como parte da tentativa da mídia de colocar cunhas entre Dilma e Lula, bem como de implementar a pauta derrotada nas eleições.

De todos estes temas, o que ganhou mais destaque é a maneira como o governo Dilma vem enfrentando o tema dos juros, da guerra cambial e da inflação. Tema que evidentemente condicionou as opções feitas em matéria de política salarial. Assunto do debate que ocupa várias das páginas desta edição do Página 13, que traz também um caderno especial dedicado ao mês da Mulher, além de vários outros textos sobre temas como juventude e cultura.

Dedicamos esta edição a um militante e amigo muito querido: Edgard Cippoli. ★

Tratar as coisas como elas são

*Expedito Solaney**

Não podemos minimizar as conseqüências da inflexibilidade do governo (na negociação do salário mínimo). Achamos que é preciso tratar as coisas como elas são. A orientação conservadora nesse início de governo Dilma precisa ser alterada, com medidas que ampliem os investimentos públicos e a massa salarial e iniciem as reformas estruturais necessárias.

A CUT iniciou sua agenda de lutas em 2011 com a defesa da política de valorização do salário mínimo, a correção da tabela do Imposto de Renda e a política permanente de valorização das aposentadorias.

As negociações foram interrompidas pelo governo federal com a justificativa do ajuste fiscal através do corte de R$ 50 bilhões no orçamento para 2011, além do aumento da taxa SELIC anunciado anteriormente. O viés fiscalista e conservador predominaram, assim como foi no primeiro governo Lula. O sinal foi claro: acalmar o mercado, e agitar os trabalhadores.

Durante as negociações, a posição da CUT foi construtiva, dialógica mostrou que os lucros dos bancos e empresas cresceram vertiginosamente enquanto que a massa salarial cresceu lentamente. Além disso, durante a crise, bancos e empresários foram generosamente agraciados com recursos públicos, isenção de impostos, concessões de créditos, entre outras medidas.

A CUT cobrou do governo federal o mesmo tratamento para os trabalhadores: abrir uma exceção a regra do acordo entre governo e centrais sindicais. Este acordo prevê a política valorização permanente do salário mínimo, adotando a seguinte equação: inflação do período + variação do PIB nos dois anos anteriores. Este acordo, resultado das grandes marchas da classe trabalhadora à Brasília, pôs fim ao leilão no congresso nacional, no qual cada deputado propõe maior valor para o SM.

O governo não aceitou, argumentando que estava cumprindo o acordo com as centrais. Mas a justeza da reivindicação de excepcionalidade para 2011, mantendo o ciclo de reajuste do SM acima da inflação, já que o PIB de 2009 foi -0,02%, além de seguir adiante na valorização do SM, é fator importante na distribuição da renda, catalisador do mercado interno. Foi essa política que fez o país responder firmemente os efeitos da crise.

Na época não criamos obstáculos quando o governo adotou políticas diante de um cenário de crise. E se os acordos existentes foram quebrados para os empresários durante a crise, por que não tratar de forma excepcional o acordo construído com as Centrais nesse momento?

O argumento da CUT não foi suficiente. O resultado disso foi a intransigência do governo federal e a derrota de uma proposta formulada pelos trabalhadores, que reivindicavam a exceção a uma regra para correção do SM.

O reajuste do mínimo para R$ 545 foi aprovado na Câmara. Se o governo federal justificou a necessidade do ajuste fiscal, como explicar o aumento na taxa Selic, que aumenta o endividamento público?

Os dados da tabela a seguir, com as despesas acumuladas entre 2000 e 2007, são reveladores:

Juros	R$ 1.267.600.000.000,00
Saúde	R$ 310.900.000.000,00
Educação	R$ 149.900.000.000,00
Investimentos	R$ 93.800.000.000,00

Fonte: SIAF/STN, BC e IPEA

Quem se beneficia disso? Estudos do DIEESE indicam quem são os credores da dívida pública brasileira: "Inicialmente e em maior grau, os bancos que atuam no mercado financeiro brasileiro, que têm suas carteiras compostas em boa medida por títulos públicos. São também credores os investidores, de modo geral, tais como os detentores de aplicações em fundos de investimento, casos em que os bancos funcionam como intermediários. Portanto, tanto empresas quanto pessoas físicas que têm aplicações financeiras ancoradas em títulos da dívida pública são credoras do Estado. São ainda credores os organismos financeiros internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco interamericano de Desenvolvimento (BID). Também bancos estrangeiros e fundos de pensão, nacionais e internacionais, são detentores de títulos da dívida pública brasileira" (DIEESE, NOTA TÉCNICA -, p. 5, 6).

Como se vê, os que sempre foram beneficiados pelo Estado continuam a drenar os recursos públicos, concentrando riqueza e poder. É evidente que o debate não se resume às condições ou não do governo federal conceder um pequeno aumento real ao salário mínimo, trata-se de uma discussão mais ampla, estratégica, de orientação geral. A postura do governo federal nesse processo demonstra uma retomada das premissas que foram derrotadas nas eleições de 2010. O ajuste fiscal, a contenção dos salários, o aumento na taxa de juros são pautas derrotadas.

A postura da CUT foi importante e correta: disputar os rumos do governo Dilma, que foi eleita para avançar as conquistas obtidas no governo Lula. A CUT foi conseqüente e é sabedora do desgaste político que sofreu, mas não capitulou ao oportunismo das demais centrais que fizeram coro com a direita, ao abandonarem a proposta dos R$ 580, caindo no vale-tudo que ia R$ 560 a R$ 600, prática dos parlamentares oportunistas. Temos ainda um caminho a percorrer que é a aprovação em lei do acordo acima citado que prevê originalmente validade até 2023. Agora por pressão da direita que não queria política de valorização nenhuma, o governo recuou para 2015 o que é mais uma derrota.

Não podemos minimizar as conseqüências da inflexibilidade do governo. Achamos que é preciso tratar as coisas como elas são. A orientação conservadora nesse início de governo Dilma precisa ser alterada, com medidas que ampliem os investimentos públicos e a massa salarial, que iniciem as reformas estruturais e melhorem a qualidade de vida e de trabalho da população brasileira. Nesse processo, a CUT tem papel fundamental: mobilizar a classe trabalhadora para a disputa de rumos no país.★

***Expedito Solaney** é Secretário Nacional de Políticas Sociais da CUT

Mais um nó de aperto

A batalha do salário mínimo parece ser apenas a primeira de uma série que deve se voltar para a contenção do consumo.

*Wladimir Pomar**

Ao contrário do que sugerem alguns analistas, a batalha do salário mínimo não foi uma batalha que não aconteceu, como a de Itararé. Também não foi uma batalha voltada apenas a dar tranqüilidade aos setores financeiros, industriais, agrícolas e comerciais adeptos da necessidade de um ajuste fiscal rigoroso, como único remédio capaz de debelar a inflação. Ela teve, e tem, um componente econômico que não se pode desprezar.

Na verdade, o governo está sem mecanismos para, no curto prazo, aumentar a produção de alimentos e bens de consumo de massa e aumentar a oferta desses produtos no mercado. Desde algum tempo atrás era evidente a contradição entre o aumento efetivo do poder de compra de uma parte considerável da população e o baixo ritmo de crescimento da produção daqueles produtos. Em algum momento, a pressão da demanda sobre a oferta se faria sentir com intensidade, refletindo-se na elevação dos preços e, portanto, da inflação.

Paralelamente, assistiu-se ao crescimento da demanda e dos preços das commodities agrícolas no mercado internacional e à continuidade da irracional política doméstica de juros altos. A primeira com reflexos negativos sobre a produção de alimentos para o mercado doméstico, e a última com reflexos negativos sobre o câmbio e os investimentos privados em áreas de baixa rentabilidade, como em geral são aquelas dedicadas à produção de alimentos e de bens de consumo baratos.

Esses fatores agregaram-se para acirrar a contradição entre o crescimento de poder de compra e baixo crescimento da produção de bens populares, estimulando ainda mais as condições para o surto inflacionário. Assim, do ponto de vista estritamente econômico, o governo viu-se apertado por um nó cuja solução reside, principalmente, no crescimento da produção de alimentos.

Por um lado, o governo parece não haver sido suficientemente alertado para o problema. Por outro, também não parece ter se dado conta de que sua solução demanda medidas mais fortes nas taxas de juros, no assentamento de lavradores, no subsídio à agricultura familiar voltada para os produtos alimentares e no apoio efetivo à comercialização com pequena participação de atravessadores. Medidas que, diga-se de passagem, mesmo que sejam aceleradas a partir de agora, não terão efeito imediato.

Diante de um nó como esse, para afrouxá-lo e debelar a inflação, o governo viu-se na contingência de comprimir o consumo. A batalha do salário mínimo parece ser apenas a primeira de uma série que deve se voltar para a contenção do consumo. Tudo na expectativa de ganhar tempo para reverter o processo produtivo dos bens de demanda maior do que a oferta, em virtude da elevação do poder aquisitivo de uma considerável massa da população brasileira.

O preocupante no caso, ainda do ponto de vista estritamente econômico, é que algumas áreas do governo talvez não estejam enxergando os verdadeiros nós que impedem a solução do problema. Talvez acreditem, como os neoliberais, que o combate à inflação só pode ser realizada através da compressão do consumo e do poder aquisitivo, demorando a adotar as medidas necessárias para elevar a oferta dos bens capazes de atender à demanda.

Do ponto de vista político, no caso da batalha do salário mínimo, assistiu-se a um verdadeiro embroglio de alianças pontuais. De um lado, alguns por disciplina partidária e outros por oportunismo político, a base do governo se manteve quase totalmente coesa. De outro lado, por exprimir o sentimento da grande massa de trabalhadores de salário mínimo, a CUT se viu na contingência de se aliar tanto a oportunistas de diferentes representações políticas, quanto aos conservadores e reacionários do PSDB e do DEM.

O resultado desse embroglio será, quase certamente, a apresentação de uma fatura alta, pelo PMDB e outros partidos burgueses da base aliada do governo, como cobrança pela fidelidade demonstrada. O PT e outros partidos de esquerda, por seu lado, se verão cobrados, em maior ou menor dose, por suas bases, em especial por aquelas que dependem do salário mínimo para sobreviver. Além disso, cresceu numa parte da sociedade o desejo de cobrar um saldo devedor do governo, relacionado a uma posição igualmente firme e sem concessões quando for necessário enquadrar o sistema financeiro e suas taxas exorbitantes de juros e lucros.

O governo Dilma, desse modo, viu-se na contingência de realizar um movimento de alto risco político para ganhar tempo no sentido de dar uma virada na produção de alimentos e de bens de consumo de massa, muito antes de haver dado início a seus próprios planos de luta contra a miséria. Luta que só pode dar resultado se o poder de compra das grandes massas da população continuar sendo elevado. O que pressionará, inevitável e principalmente, em conseqüência, a oferta de alimentos.

Nesse terreno, portanto, não basta ter vontade ou adotar medidas paliativas. Ou a presidenta cria um PAC para o setor, exigindo dos ministérios e órgãos estatais correspondentes medidas e execuções ágeis, ou continuará refém do pensamento segundo o qual o crescimento econômico e a elevação do poder aquisitivo são as fontes principais da inflação. O que, em termos concretos, ao invés de desamarrar, será mais um aperto no nó.★

***Wladimir Pomar** é jornalista e militante do PT. Texto originalmente publicado no Correio da Cidadania.

Mínimo: sem dualidade

*Eduardo Loureiro**

O desenrolar da aprovação da proposta governamental de valorização do salário mínimo, transformando em lei acordo verbal feito em 2007 entre o presidente Lula e as centrais sindicais e a proposta do valor do benefício para o ano de 2011 foi à votação no plenário da Câmara dos Deputados dentro do que se pode considerar contraditório.

Para a luta dos trabalhadores, a aprovação do acordo é um avanço, já que transforma em lei, para os próximos quatro anos, uma política de valorização real para o salário mínimo, vinculando-o ao crescimento do PIB acima da inflação. Para o salário deste ano, a regra não previa aumento real do salário mínimo, já que o crescimento do PIB de 2009, devido ao efeito da crise mundial iniciada em 2008, foi negativo; sendo assim, a proposta de aumento enviada pelo governo – R$540,00 - não propunha aumento real. As centrais sindicais entenderam que esta última não era vantajosa, já que interrompia a valorização real dos últimos quatro anos, e propuseram R$580,00.

As oposições propuseram valores maiores que os discutidos entre as centrais e os governos. O PSDB propunha salário de R$600,00, igual ao proposto por José Serra em campanha, com objetivo claro de desgastar o governo junto a sua base; a de esquerda – PSOL – propôs, de última hora e sem mobilização prévia, um salário de R$700,00. Já durante o processo de votação, o DEM propôs um valor de R$560,00, o que dividiu parte do movimento que defendia o valor das centrais ligadas à Força Sindical, representado pelo deputado Paulinho da Força (PDT) – que abriu mão dos R$580,00 e somou-se à oposição.

Desta forma, por esmagadora maioria, o governo Dilma estreou nas negociações no Congresso, com a aprovação do valor de R$545,00, derrotando a proposta das Centrais. Apesar de ser uma vitória do governo do PT contra a oposição, não há o que comemorar.

Muitos companheiros, no dia seguinte à votação, buscaram enquadrar aqueles que não votaram na proposta do governo por isso. Houve quem ressaltasse que faltou mobilização para pedir um valor maior do salário mínimo – as "ruas" não pediam valor maior.

Na questão das "ruas" há certa demagogia. Primeiro, porque é um erro tático começar a estipular um valor do salário mínimo antes do governo apresentar sua proposta ao Orçamento da União - até porque já se tinha o acordo verbal com Lula feito em 2007. Então, caso as centrais começassem a exigir um valor antes do anúncio, passaria imagem de traição e afobação, podendo desmoralizar sua posição. Seria um desastre ir às ruas pedindo um mínimo de R$600,00 e o governo comunicar, hipoteticamente, que o mínimo seria de R$620,00, por exemplo.

Esta ação específica do governo Dilma merece daqueles que defendem a emancipação da classe trabalhadora preocupação e reação, pois sinaliza alta influência do malocismo dominante no primeiro governo Lula.

A proposta de salário mínimo em torno de R$540,00 foi apresentada logo após as eleições. Imediatamente, as centrais começaram a lutar por um mínimo de R$580. Portanto, não foi falta de iniciativa. Se houve problema, foi de mobilização, com enorme influência do refluxo das lutas sociais, que vem desde o começo da década de 1990. Como dizer que todos "convencidos" deveriam se submeter à posição do governo se não houve debate algum? Houve um esforço de negociação das Centrais sinalizando que estavam abertas as novas propostas, o que foi totalmente desconsiderado pela equipe econômica da Presidenta Dilma. A mesma equipe que garantiu aumento dos juros em 0,5% e o corte de R$ 50 bilhões do orçamento da União.

Oportunisticamente, PSDB e DEM pegaram carona neste debate para procurar desgastar o governo. Contudo, se há responsabilidade de alguém neste desgaste, é do governo, não dos setores organizados das classes trabalhadoras; os sindicatos buscaram a negociação, e encontraram uma inflexibilidade pétrea da parte da Fazenda dilmista.

Que a bancada do PT tenha fechado questão em torno da proposta oposta à das Centrais, faz parte das contradições de se construir um partido, ao mesmo tempo na luta institucional e social. Por outro lado, não há, em nenhuma instância deliberativa do partido, resolução que aponte que os filiados petistas devem defender governos petistas acriticamente; nenhuma instância partidária determina a obrigação dos filiados em aceitar que o governo abaixe a cabeça para os agentes do sistema financeiro e endureça sua relação com os trabalhadores. Isso posto não podemos transformar aqueles que não acompanharam o fechamento da questão em verdadeiros Judas, ou em cúmplices de PSDB/DEM.

Se eles cometeram uma infração partidária, o governo cometeu grave erro político, que suplanta muitas vezes sua indisciplina partidária. Esta ação específica do governo Dilma merece daqueles que defendem a emancipação da classe trabalhadora preocupação e reação, pois sinaliza alta influência do malocismo dominante no primeiro governo Lula. Lembremos ao final que se é dever do petista defender as instituições partidárias, é dever de qualquer socialista ficar ao lado dos trabalhadores quando um governo toma medidas que privilegiam os interesses do capital e são frontalmente contrários aos interesses populares. ★

***Eduardo Loureiro** é militante da AE-GO

Mínimo e máximo

*Pedro Pomar**

O governo, no afã de "sinalizar para o mercado" sua disposição de realizar o famigerado "ajuste fiscal" (agenda das forças derrotadas na eleição presidencial), perdeu a oportunidade de dar um passo adiante no combate à miséria e à pobreza.

A vitória do governo na votação do novo valor do salário-mínimo pelo Câmara dos Deputados (545 reais), com "enquadramento" dos deputados do PT e partidos aliados que defendiam valor mais alto (580 reais, ou 560), fez lembrar um momento desastroso da primeira gestão de Lula, aquele em que se realizou a reforma do sistema previdenciário do funcionalismo público. Uma reforma nos moldes neoliberais, que em tudo e por tudo agredia visceralmente os programas e a trajetória de lutas do PT e da CUT.

Também naquela ocasião muitos parlamentares petistas sentiram-se perturbados: obviamente apoiavam o governo, mas queriam votar contra aquela reforma que atacava o funcionalismo (e, por tabela, enfraquecia o setor público ao extinguir o direito à aposentadoria integral dos que viessem a ingressar nos quadros do funcionalismo). Porém, foram enquadrados pela disciplina partidária.

A reforma da previdência do funcionalismo, evidentemente, representou um erro muito grave do primeiro mandato de Lula, terminando por fazer sangrar a CUT e o próprio PT, que em razão do ocorrido perderam parcela expressiva de suas bases. Já a fixação do valor do salário-mínimo em patamar inferior (não muito) ao reivindicado pelas centrais pode ser algo pontual e passível de ser compensado mais tarde por Dilma, com relativa facilidade. Contudo, lá (2003) como cá (2011), deu-se a coincidência notável de serem as primeiras grandes batalhas políticas e parlamentares dos respectivos governos. E, em ambos os casos, o desfecho favoreceu o capital e não o trabalho.

Do ponto de vista do trabalhador individual, não fará grande diferença receber 545 reais ou 560 reais. Mas, do ponto de vista das classes trabalhadoras como um todo, um avanço maior no valor do mínimo teria sido proveitoso tanto no que diz respeito à repartição da riqueza (fazendo aumentar a massa salarial e os proventos de aposentados e pensionistas) quanto no tocante ao seu efeito simbólico. O governo, no afã de "sinalizar para o mercado" sua disposição de realizar o famigerado "ajuste fiscal" (eterno ponto programático da agenda das forças derrotadas na eleição presidencial), perdeu a oportunidade de dar um passo adiante no combate à miséria e à pobreza.

Neste sentido, como já observado por Rodrigo Vianna em artigo recente, começam a constituir-se tensões entre as aspirações da classe trabalhadora, de um lado, e de outro lado a rigidez do projeto governamental, determinado, ao que parece, a distribuir a renda aos assalariados, mas a conta-gotas, sendo todavia benevolente quando se trata de certos setores do capital. Pode ser uma impressão inicial, e tomara que seja. Mas a elevação dos juros pelo Banco Central e o contingenciamento do orçamento da União são outras medidas preocupantes, a convergir na mesma direção.

Resta a questão: um reajuste maior impactaria negativamente as contas públicas? O ministro Guido Mantega chegou a declarar que cada real a mais no valor do mínimo aumentaria em 300 milhões de reais as despesas do governo. Mas um experiente jornalista econômico, José Paulo Kupfer, que não pode ser acusado de radicalismo, equacionou muito bem a questão, a meu ver: "A insistência do governo no valor básico para reajuste do mínimo não tem muito a ver com os R$ 5 bilhões de gastos adicionais derivados de um mínimo de R$ 560, ou mesmo dos R$ 12 bilhões a mais nas despesas com um mínimo de R$ 600. Não são valores que mereçam levar o governo a uma zona de confronto. Tem a ver com o esforço de convencer a sociedade de que o governo Dilma não hesitará em ajustar as contas públicas, para manter a economia sob controle" ("A batalha (de Itararé?) do salário mínimo", *O Estado de S. Paulo*, 12/2).

Uma contribuição interessante no debate sobre o governo Dilma é a entrevista concedida pelo professor André Singer, da FFLCH-USP, à *Revista Adusp* (edição 49, janeiro de 2011), intitulada "Governo Dilma tende à continuidade e ao equilíbrio, sem ruptura". O arquivo em pdf com a íntegra da entrevista é encontrado em http://www.adusp.org.br/revista/49/r49a01.pdf

A grande incógnita, no próximo período, é o comportamento da CUT, a maior das centrais sindicais. Neste momento, Artur Henrique, seu presidente, prefere destacar o aspecto positivo da legislação aprovada em 16/2, que é a política de valorização do salário mínimo, com validade garantida até 2015: "Essa aprovação é uma inegável vitória da classe trabalhadora. Por todas as previsões, em 2012 o salário mínimo deve chegar a 620 reais e, nos anos seguintes, continuar crescendo com significativos aumentos acima da inflação. Apesar de não ter sido aprovado o valor de 580 reais para 2011, que a CUT defendeu até o final, a garantia da política de valorização permanente é um resultado importante que deve ser destacado".

Ainda segundo Artur, em texto publicado na página eletrônica da CUT, a decisão da Câmara dos Deputados (que ainda precisa ser ratificada pelo Senado) vai beneficiar "47 milhões de pessoas que recebem o salário mínimo, entre trabalhadores formais e informais e beneficiários da Previdência".

Tudo isso é verdade, por certo. Mas ele mesmo já avisou, em texto anterior, que espera mais do governo: "Algo que devemos ter sempre em mente é que Dilma não foi eleita para fazer o mesmo que Lula, e sim para fazer mais, para aprofundar as mudanças e as transformações iniciadas no governo anterior. Com esse horizonte nos comprometemos todos que fizemos campanha para sua eleição". Desse modo, o principal dirigente da CUT aponta um cenário de maior protagonismo dessa central, em busca de conquistas mais efetivas.

"A luta por um salário mínimo que não refletisse a crise econômica internacional de 2008/2009 – R$ 540 – mas sim que reconhecesse a capacidade dos trabalhadores brasileiros de terem vencido essa mesma crise, graças em grande parte ao próprio salário mínimo – R$ 580 – é simbólica do desafio das escolhas à frente", prossegue. "Escolhas que devem passar por continuar praticando taxas básicas de juros estratosféricas, ou incrementar as políticas sociais e redistributivas. Mesmo sob o argumento da necessidade de cortar gastos para ampliar investimentos, ideal sempre embalado pela idéia de responsabilidade fiscal tão ao gosto do mercado, a taxa básica de juros parece um risco no disco" ("Risco no disco", *Teoria&Debate* 90).

Desse modo, a disputa em torno do mínimo pode ser vista como o primeiro *round* de uma prolongada luta social. Mínimo salário, máximas expectativas. A conferir. ★

***Pedro Pomar** é jornalista, militante do PT. Texto originalmente publicado no blog Escrevinhador, em 18/2/2011, sob o título Mínimo salário, máximas expectativas.

Garantir os avanços, impedir retrocessos!

O Ministério da Cultura deve continuar sendo um espaço de articulação de uma cultura democrática

Yuri Soares e Bruno Rogens***

Nos últimos anos o Brasil tem passado por um importante processo na condução das políticas culturais. O Ministério da Cultura, antes gerido pelos governos neoliberais como espaço de segundo plano e simples gerente dos negócios e interesses das grandes corporações culturais, foi durante o Governo Lula um espaço de articulação de uma cultura democrática.

Esta democratização ocorreu no método e no conteúdo. Debates foram feitos para determinar as políticas do Ministério, como duas edições da Conferência Nacional de Cultura e o amplo debate feito na consulta pública para modernização da Lei de Direito Autoral. Outros debates foram feitos como os do Fórum Nacional de TVs Públicas, apoiado pelo Ministério, o Fórum de Mídia Livre e o Fórum da Cultura Digital.

As políticas implementadas fizeram com que tivéssemos um Ministério da Cultura de todos e todas, abrindo espaços como os Pontos de Cultura, potencializando e permitindo que a diversidade da nossa cultura se expressasse e dialogasse em rede. A visão de que a cultura é uma produção colaborativa, social e antropológica ganhou espaço e conquistou corações e mentes.

Antes o Ministério da Cultura enxergava a cultura como produto mercadológico, que deveria gerar lucros e se sustentar nos moldes do capitalismo. Durante o Governo Lula a cultura foi trabalhada como um bem inerente aos cidadãos brasileiros, bem este produzido de forma compartilhada e com raízes históricas. Esta visão de cultura resgata a pluralidade das manifestações humanas, resgata a auto-estima da população e abre caminho para que nos conheçamos e dialoguemos na reconstrução de nosso imaginário. Após esta mudança de paradigma, não queremos voltar à lógica da cultura como um mercado capitalista.

Dentro deste debate mercado versus sociedade temos a polêmica do ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição) e seus interesses. Hoje a grande maioria dos artistas pouco ou nada recebe de direitos autorais, pois o ECAD somente beneficia alguns grandes artistas e principalmente as grandes gravadoras, com ênfase nas gigantes estrangeiras Sony, Warner, EMI e Universal. Esse esquema, em que uma entidade privada imposta por lei impede a circulação e engessa a nossa cultura, deve ser combatido.

Cabe apenas lembrar que caso um artista seja contratado para executar somente suas próprias músicas em um show gratuito em local público, mesmo assim o contratante será obrigado a pagar o ECAD, e provavelmente o próprio artista jamais receberá uma participação no que foi arrecadado pelo ECAD junto ao contratante.

Após as eleições, a cantora e compositora Ana de Hollanda foi anunciada como ministra da Cultura. Os movimentos sociais foram enfáticos desde a eleição em afirmar que desejavam a continuidade das políticas culturais do Governo Lula, executadas nas gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira.

A ministra iniciou o governo com uma ação simbólica: retirou do site do Ministério a licença Creative Commons, que é um padrão internacional de licenciamento utilizado pelo portal da Presidência da República e por diversos organismos internacionais e projetos como a Wikipédia.

A ministra também declarou à imprensa de que rejeita o controle estatal sobre o ECAD, mesmo com as críticas que este sofre do segmento artístico e de toda a sociedade. Também afirmou que pretende rever a reforma da Lei do Direito Autoral.

Tendo em vista estas questões, o Partido dos Trabalhadores deve:

- Reivindicar os avanços obtidos no Ministério da Cultura durante o Governo Lula;
- Posicionar-se pela democratização da produção, da distribuição e do acesso à cultura;
- Defender o texto aprovado na Consulta Pública Para a Modernização da Lei de Direito Autoral, construído colaborativamente e democraticamente;
- Defender a cultura digital como estratégica para o desenvolvimento das políticas culturais do país. ★

***Yuri Soares** é estudante de História da UnB e militante do PT-DF. ****Bruno Rogens** é mestre em Ciências Sociais pela UFMA e militante do PT-MA.

A ministra Ana de Hollanda concede entrevista coletiva à imprensa

Em abril, Coneg

*Tássio Brito**

No dia 14 de fevereiro deste ano a diretoria plena da UNE se reuniu em São Paulo e convocou para os dias 8, 9 e 10 de Abril o seu Conselho Nacional de Entidades Gerais. Até lá muitas outras atividades serão realizadas, sendo a jornada de lutas da UNE convocada pelo CONEB do Rio de Janeiro e as calouradas as mais destacadas nesse processo.

O CONEG convocará o 52° Congresso da UNE, que renovará as pautas e a direção da nossa entidade nacional. O papel que será jogado pela Reconquistar a UNE até lá envolve sermos protagonistas nessas e outras tantas atividades que irão acontecer a partir de agora. Além disso, entrar numa onda de organização de nossa presença e intervenção em cada universidade deste país e no congresso da UNE. Ao mesmo tempo precisamos aprofundar o caráter nacional da nossa intervenção e isso significa nossos/as militantes estarem em permanente diálogo através de variados meios de comunicação.

Nosso objetivo central agora é realizar um amplo debate com os/as estudantes sobre as questões que envolvem o Brasil, a Educação e o Movimento Estudantil. A tese da Reconquistar a UNE para o 52° CONUNE deverá e será elaborada por várias mãos, mentes e corações. Neste sentido o envolvimento de cada militante será fundamental para que possamos dialogar de fato com os/as estudantes dentro das Universidades.

Para a Reconquistar a UNE é possível e extremamente preciso resgatar processos coletivos de discussão e elaboração, de mobilização e organização dentro do movimento estudantil e sobretudo na UNE. Desta forma conseguiremos dar conta de contribuir para resolver os graves problemas de legitimidade que a nossa entidade vem sofrendo e colocá-la mais uma vez na linha de frente das lutas por uma educação emancipadora e por um Brasil justo e igualitário.

Ter uma UNE forte significa ter condições objetivas de pressionar e pautar o governo e o parlamento no sentido das nossas reivindicações históricas. Isso se dará na medida em que a base social da UNE se sentir de fato parte dela e das lutas por ela travadas levando a cabo a construção dessas ações em favor das pautas da entidade.

É por isso que a Reconquistar a UNE luta. É por este motivo que de agora até o 52° CONUNE e a partir de lá, pensando mais a frente ainda, estaremos completamente focados na construção desse movimento estudantil que acreditamos. Isso está nítido nas nossas ações dentro e fora das universidades e nos espaços da UNE.

Para a Reconquistar a UNE é possível e extremamente preciso resgatar processos coletivos de discussão e elaboração, de mobilização e organização dentro do movimento estudantil e sobretudo na UNE.

Tomaremos conta de ruas e universidades durante a jornada de lutas da UNE, que acontecerá na última semana de março, na defesa intransigente de que sejam destinados 10% do PIB para a educação. Lutaremos ainda para implementar as mudanças que a Universidade precisa passar para que este dinheiro não seja investido num modelo educacional que reproduz a exploração, a opressão e o modo de vida capitalistas.

Realizaremos calouradas pelo Brasil inteiro que combatam decisivamente a maneira tradicional como os/as estudantes são recebidos nas Universidades, de forma agressiva, violenta e opressora. Mas não só isso: nossas calouradas terão o papel de apresentar para os/as ingressantes reflexões sobre o papel da Universidade, estimulando assim a participação destes/as no movimento estudantil.

Já estamos organizando diversos estágios interdisciplinares de vivência e cursos de formação com o objetivo de também entender que outras realidades estão relacionadas com a nossa vida e com a Universidade. Compreender a macro política é fundamental para que tenhamos foco nas nossas lutas cotidianas.

Organizar as frentes LGBT, de mulheres, Negros e negras é pilar de extrema importância para a nossa organização. Não acreditamos nas nossas lutas sem que estas estejam intimamente ligadas ao combate a toda e qualquer forma de opressão.

Por este motivo a Reconquistar a UNE está desde já completamente focada na construção do ENUDS, do EME e do ENUNE. E assim estaremos até que estes espaços aconteçam e os extrapolaremos, pois estas lutas estão na alma da nossa organização.

Até Julho quando ocorrerá o 52° Congresso da UNE, estaremos envolvidos/as em todas essas atividades e assim será por acreditarmos em um novo rumo dirigente para a nossa entidade nacional. Para que tudo dê certo, a participação de todos/as nossos/as militantes nos estados e municípios será fundamental.

Agora é ir para o debate com os/as estudantes brasileiros/as e não titubear. O período exige esforço, mas não existem dúvidas quanto a capacidade de lutar de quem carrega sonhos de um mundo socialista. Sendo assim, de hoje para frente, onde tiver um militante da juventude da Articulação de Esquerda ou que se referencie na nossa tese Reconquistar a UNE será travada uma luta.★

*__Tássio Brito__ é diretor da UNE.

Transição geracional no governo

*Bruno Elias**

Em recente decisão do Ministro Gilberto de Carvalho, a atual Secretária Nacional da Juventude do PT, Severine Macedo, foi confirmada como a nova Secretária Nacional de Juventude (SNJ) do governo Dilma. A secretaria, criada em 2005 e vinculada à Secretaria Geral da Presidência, é responsável pela articulação e execução das políticas públicas de juventude (PPJ) no âmbito do Governo Federal.

Severine Macedo é oriunda do movimento de trabalhadores da agricultura familiar e teve sua indicação respaldada por um conjunto de dirigentes partidários, movimentos sociais e juvenis e intelectuais ligados ao tema juventude. Segundo a nova secretária, estão entre as tarefas da SNJ "agregar a perspectiva da juventude no projeto de desenvolvimento do país, ampliando a compreensão dos jovens como sujeitos de direitos e o alcance das políticas de erradicação da miséria nas novas gerações".

Entre os desafios colocados para a gestão que se inicia está o de consolidar as conquistas e aprofundar as mudanças iniciadas no Governo Lula, em sintonia com novas e antigas aspirações populares. Dentre estas novas aspirações, a situação da juventude assume destacada importância, não só do ponto de vista da inclusão social de setores expressivos da população, mas também na tarefa essencial de colaborar com a renovação da cultura política do país.

O incremento de novas institucionalidades democráticas e políticas sociais, realizadas durante o governo Lula, implicou na ampliação dos sujeitos de direitos por elas alcançadas, dentre os quais a juventude. Esta ampliação do escopo da política social combinou a retomada da universalização das políticas e serviços públicos garantidos pela Constituição Federal com a ampliação das políticas de transferência de renda focalizada nos setores mais empobrecidos.

No campo das PPJ, esta política foi reforçada nos últimos anos com a criação de estruturas institucionais específicas para o tema juventude como a Conferência e o Conselho Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude, ligada a Presidência da República, e programas de inclusão como o PROJOVEM.

A ampliação desses avanços deve considerar o momento de especial transição demográfica do Brasil, em que o número de jovens alcançará seu maior patamar – mais de um quarto da população – durante os próximos vinte anos, dando seqüência a partir de meados de 2030 a uma trajetória de acentuado envelhecimento do conjunto da população.

Este retrato impõe a necessidade de um planejamento estratégico do Estado brasileiro no sentido de garantir o desenvolvimento integral das novas gerações, ampliando seus direitos e antecipando soluções a dilemas, entre outros, no campo do trabalho, do desenvolvimento urbano, da saúde pública e da previdência social que teremos a médio e longo prazo.

A atual Secretária Nacional da Juventude do PT, Severine Macedo, foi confirmada como a nova Secretária Nacional de Juventude (SNJ) do governo Dilma.

Direito de viver a juventude

A orientação geral do Governo Dilma em trabalhar a erradicação da miséria e da fome extrema como meta fundamental de governo continuará demandando um enfoque social ampliado das políticas de juventude. A implementação de políticas públicas abrangentes e em escala devem colaborar na superação do ciclo de reprodução da pobreza que atinge as novas gerações.

Para tanto, a garantia do "direito de viver a juventude" deve articular uma nova geração de direitos e políticas públicas que possibilitem trajetórias de vivência e emancipação aos jovens, a partir do acesso ao financiamento público do tempo livre, à experimentação, à redução obrigatória da jornada de trabalho durante os estudos, ao trabalho decente, dentre outros.

Articular esta nova geração de políticas públicas exigirá um novo arranjo federativo, em que políticas e equipamentos públicos voltados aos jovens se articulem e se integrem a partir do território e assumam inovações do ponto de vista da gestão pública que ampliem as condições de monitoramento, avaliação e participação popular.

Elemento importante desta agenda de juventude que se inicia em 2011 será a realização, no segundo semestre, da 2ª Conferência Nacional de Juventude, a ser precedida de conferências livres, temáticas, municipais e estaduais. O olhar geracional a ser incorporado ao modelo de desenvolvimento do país deverá mobilizar milhares de militantes juvenis, movimentos sociais e gestores das políticas de juventude, consolidando uma agenda de políticas e debates que façam avançar este tema no âmbito do governo e da sociedade.★

***Bruno Elias** é coordenador de relações internacionais da Juventude do PT.

TENDÊNCIA

Plenária nacional de Educação

Articulação de Esquerda reunirá para debater educação básica e superior

A direção nacional da AE, reunida no dia 12 de janeiro, convocou a Plenária Nacional de Educação da AE.

A Plenária nacional será realizada nos dias 2 e 3 de abril, na sede nacional do PT em Brasília, das 10h as 16h. A pauta da plenária é a seguinte:

Manhã

1) Abertura pela direção nacional, seguida de informe dos companheiros Joel (CNTE) e Tássio (UNE), sobre os aspectos organizativos;

2) Palestra (seguida de debate) da Deputada Fátima Bezerra (a confirmar);

3)Apresentação do texto-base (educação básica e educação superior);

Tarde

4) Grupos de trabalho para discussão do texto-base;

5) Plenária final para debate e deliberações.

Podem participar da plenária:

1) como convidadas/os, militantes da Esquerda Socialista que atuem na área da educação;

2) como observadores, todos/as os/as militantes da AE que estejam em dia com sua assinatura do Página 13;

3) como delegados/as, todos/as os/as militantes da AE que estejam em dia com sua assinatura do Página 13, que se declarem atuantes na área de educação e que atendam a pelo menos um dos seguintes critérios:

i) ser integrante da direção nacional, estadual ou municipal da AE (inclusive coordenações setoriais);

ii) ser integrante da direção nacional, estadual ou municipal do PT (DN, ética, fiscal, direções setoriais, direção da JPT, macros etc.);

iii) ser parlamentar nacional, estadual ou municipal;

iv) ser dirigente de entidade de movimento social de âmbito nacional, estadual ou municipal, que atue na área da educação (CUT, MST, CNTE, UNE, UBES, Sindicatos, diretórios e centros acadêmicos etc.);

v) ser integrante de governo (em qualquer nível), como eleito, primeiro escalão ou cargo comissionado, e atuante na área da educação

Observadores não têm direito a voto. Poderão ter direito a voz, a critério da mesa diretora dos trabalhos, que cuidará de privilegiar a participação de quem tem direito a voto.

Os\As delegadas/os têm direito e voz e voto.

O credenciamento será feito por uma equipe designada pela Dnae. Tomará como base a lista atualizada de assinantes do Página 13. Quem não estiver com a assinatura em dia poderá fazer no ato do credenciamento.

A mesa diretora dos trabalhos será composta pelos integrantes da Dnae que estiveram participando da plenária.

O texto base será escrito por uma comissão indicada pelo secretariado.

As resoluções da plenária, tal como previsto em nosso regimento interno, deverão ser homologadas pela Dnae.

AGENDA 2011

8 de março
dia da mulher

10 de abril
eleição presidencial no Peru

1 de maio
dia internacional de luta da classe trabalhadora

18 a 22 de maio
XVII Encontro do Foro de São Paulo, em Managua

Maio
data limite para realização dos congressos de base (municipais ou regionais) da AE

30 de junho a 3 de julho
Seminário sobre governos progressistas e de esquerda na América Latina

Julho

data limite para realização dos congressos estaduais da AE

Congresso da União Nacional dos Estudantes (data e local a confirmar)

VII jornada nacional de formação política da AE

Agosto
plenária estatutária da CUT (data e local a confirmar)

5 a 7 de agosto
Primeiro Congresso da Articulação de Esquerda

Setembro
eleições presidenciais na Guatemala

16 a 18 de setembro
4º congresso extraordinário do PT

Outubro
eleições presidenciais na Argentina

Novembro
eleições presidenciais na Nicarágua

12 a 15
congresso da Juventude do PT (data e local a confirmar)

Janeiro 2012
oitava jornada de formação política da AE

No Brasil de hoje, ela pode ser o que quiser

Quando as mulheres transformam sua história, o Brasil inteiro se transforma com elas.

O mês de março começa com a veiculação, em rádio e TV, da campanha desenvolvida pela Secretaria de Políticas Públicas paras as Mulheres (SPM), em parceria com a Secom. O conceito da campanha - ela pode ser o que quiser - traduz o momento especial por que passa o país governado pela primeira vez na história por uma presidenta. A mulher pode ser engenheira, operária, agricultora, motorista de táxi, trabalhar na construção civil, ser cientista e jogar futebol. Pode dirigir o Brasil.

Em seu discurso de posse, a presidenta Dilma Rouseff disse que vem "para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que - no dia de hoje - todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher". Dois meses depois do dia em que subiu a rampa do Palácio do Planalto, o seu governo já imprime mudanças na constituição de suas ações. Dos 37 ministros escolhidos por ela, nove são mulheres. E mais, para o mês de março já apresenta uma agenda que vai além da celebração.

O primeiro Dia Internacional da Mulher - 8 de março - tendo à frente a primeira presidenta do país, será marcado por apresentações de políticas públicas com recorte de gênero. A estratégia do governo de erradicar a pobreza e combater a miséria está articulada com a promoção da autonomia econômica e social das mulheres e a superação da desigualdade econômica entre homens e mulheres.

Por determinação da presidenta Dilma, o governo foi organizado em quatro fóruns temáticos transversais para articular as suas ações: Erradicação da Miséria; Desenvolvimento Econômico; Infraestrutura e o Fórum de Direitos de Cidadania. Este último coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, e co-coordenado pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Na instalação do Fórum Direitos de Cidadania, que deve acontecer na primeira quinzena deste mês, serão divulgadas ações, metas e método para acompanhar e monitorar políticas que garantam os direitos das mulheres, e particularmente das mulheres negras, que são maioria na linha da pobreza.

A desigualdade entre gêneros está relacionada, dentre outras coisas, à responsabilidade das mulheres pelo trabalho doméstico e cuidado com a família - filhos e idosos - decorrente, em grande parte, da ausência de equipamentos e políticas que permitam ampliar sua participação no mercado de trabalho, em iguais condições com os demais trabalhadores. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2009), do IBGE, aponta que a taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho é de 52,4% e a dos homens 76,6%.

De acordo com a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, o governo pode adotar algumas medidas que contribuam com a superação deste quadro, como a ampliação da contratação de mulheres nas obras de infra-estrutura - PAC, Copa e Olimpíadas; capacitação e formação por meio de institutos federais e do sistema S (Sesi, Senai, Sesc etc); incentivo à formalização das empregadas domésticas - estimativas do IBGE apontam que em 2009 havia um contingente de quase sete milhões de domésticas sem carteira assinada.

A estratégia do governo de erradicar a pobreza e combater a miséria está articulada com a promoção da autonomia econômica e social das mulheres.

Para Iriny, a ampliação da oferta de equipamentos sociais como creches e educação infantil (integrais e de qualidade), restaurantes, cozinhas populares, lavanderias comunitárias e cisternas são fundamentais para aumentar o tempo disponível das mulheres. Ela defende ainda a inclusão na construção das 800 praças do PAC equipamentos que facilitem a vida das mulheres, como fraldários e parques que ofereçam atividades esportivas e de recreação também voltadas para as meninas. "É comum que somente os meninos joguem bola, enquanto as meninas ficam em casa cuidando dos irmãos menores. Elas também podem ser inseridas nos jogos de futebol, mas é preciso que também haja outras opções", garante a ministra.

A instalação do Fórum de Direitos de Cidadania envolverá mais de dez ministérios para definir a matriz de governo com ações estruturantes para as mulheres até 2014. Uma das questões centrais é como garantir que a haja institucionalidade nas ações, que as políticas públicas não dependam somente da sensibilidade dos gestores que estejam à frente de cada pasta num determinado momento. E que os programas não sejam só desenvolvidos por aqueles que tem mais sensibilidade ao tema.

Outra preocupação diz respeito aos entes federados. Garantir o compromisso de execução das políticas por estados e municípios. Fazer com que, de fato, as mulheres tenham acesso aos serviços públicos e aos programas do governo no local em que moram. Direito garantido pela Constituição, mas que na prática tem sido, na maioria das vezes, usurpado.

Além da instalação do Fórum, a agenda da presidenta deve contar neste mês de março com inaugurações, lançamento de programas e campanhas em várias áreas do governo.

A primeira atividade será no dia 1º, em Irecê, na Bahia, com anúncio de ações de enfrentamento de extrema pobreza para as trabalhadoras rurais. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, nesta região do semi-árido, em que 20 municípios compõem o Território da Cidadania de Irecê, mais de 62 mil famílias recebem o benefício do Bolsa Família. Foram mapeados 27 grupos produtivos com um total de 554 mulheres entre agricultoras familiares e quilombolas. No local já foram instaladas mais de 400 cisternas.

Em Irecê serão assinados contratos de Concessão de Uso em Assentamento da Reforma Agrária; entrega de documentos para trabalhadoras rurais; contratos do Pronaf Mulher. O governo também irá anunciar o aumento do valor do Bolsa Família.

Na área da Saúde, ainda no mês de março, deverá ser anunciada a campanha de prevenção do câncer de mama e de colo uterino - com acesso universal ao diagnóstico com qualidade e garantia ao tratamento; programa de assistência integral à saúde da mulher; e no final do mês o programa Rede Cegonha, promessa de campanha da presidenta.

Na área da Educação, serão inauguradas creches e apresentadas metas de novas entregas até o final do ano. O Ministério da Educação deverá também garantir a formação de meio milhão de professores em quatro anos no programa Gênero e Diversidade na Escola.

Pacto contra a violência

O combate à violência contra a mulher foi uma das áreas que mais avançou durante o governo Lula, com a criação de serviços de proteção às vítimas e a promulgação da Lei Maria da Penha. O desafio atual é fortalecer a Lei, que vem sofrendo sérias ameaças e questionamentos quanto à sua aplicação; além de ampliar o atendimento nas delegacias especializadas, defensorias, casas abrigos, serviços de abrigamento emergencial.

Neste mês, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) vai inaugurar 13 novos Centros de Referência em vários estados do país. Além disso, o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, assinará o Pacto Contra a Violência. O estado gaúcho será o último da Federação a assiná-lo. A ex-governadora Yeda Crusius era contra a pactuação. ★

Na luta pelas conquistas para as mulheres

*Ana Afonso**

Assumi o mandato de deputada estadual no dia 31 de janeiro de 2011 e no dia 1º de março está previsto, no Grande Expediente da Assembleia Legislativa, o pronunciamento no qual abordarei um tema muito importante para nós: os desafios e avanços da mulher no parlamento. Com um mandato voltado principalmente à mulher, à educação e à habitação popular, pretendemos discutir de que forma a participação da mulher no poder pode ser decisiva no trato dessas questões.

A desigualdade de gênero é forjada ao longo de séculos de dominação. A sua desconstrução, portanto, é da mesma forma, um desafio sempre presente aos sujeitos políticos. Neste sentido, através de nossos mandatos, precisamos constituir uma grande aliança com os movimentos organizados e com a sociedade para promoção e implementação de políticas necessárias para a diminuição dos índices de violências contra as mulheres. A Lei Maria da Penha (11.340/2006), recentemente conquistada, já é ameaçada não só pela resistência ou despreparo da estrutura jurídica, policial e social na sua aplicação.

Com o governo da presidenta Dilma Rousseff, as políticas de gênero serão fortalecidas a partir da experiência do governo Lula. A nova ministra da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, a companheira Iriny Lopes, estabeleceu as principais diretrizes, tais como o combate à miséria e à pobreza - uma vez que as mulheres são parte majoritária do setor mais empobrecido, especialmente as negras - e a promoção da autonomia econômica, social e política delas.

Aqui no Rio Grande do Sul, o governador Tarso Genro criou a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a fim de promover a autonomia econômica feminina, capacitar 40 mil mulheres para inserção no mundo do trabalho, promover políticas de enfrentamento à violência contra elas e articular a assinatura entre o governo estadual e federal do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, uma vez que o Rio Grande do Sul é o único Estado que ainda não aderiu. Além disso, a nova pasta busca estimular a maior participação das mulheres nos espaços de poder, realizando um amplo debate na sociedade sobre a importância da inserção feminina nestes espaços, visando à formação de novos valores e atitudes em relação à autonomia delas.

Ana Affonso, deputada estadual PT-RS

Nosso mandato atuará no parlamento através das comissões de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia; Cidadania e Direitos Humanos e também Mercosul. Na relação com os movimentos sociais, o gabinete se aproximará do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e do Movimento das Mulheres Camponesas, além dos sindicatos de trabalhadores em educação e dos canais de participação como o Conselho Político do Mandato integrado por militantes apoiadores deste projeto.

Como professora municipal há 18 anos e defensora da educação, vamos acompanhar junto aos governos a implementação da capacitação de todas e todos que integram esta classe, para que possam tratar das temáticas de gênero dentro das escolas. Outro ponto importante será a criação de creches para suprir a necessidade das mães trabalhadoras. No meio rural, defenderemos políticas de valorização e valoração do trabalho desenvolvido pelas camponesas.

Contudo, é fato que precisamos, cada vez mais, incentivar os grupos organizados para tornar efetivos os seus direitos. A longa luta das mulheres para aprovar reconhecimento e compromissos com a construção da democracia como sistema e forma da organização da vida social é o que moveu as feministas à criação de espaços de poder. Em São Leopoldo, por exemplo, vivemos a experiência do Seminário de Mulheres no Poder, o qual pretendemos levar para outras regiões.

Como protagonistas de grandes avanços sociais, as mulheres chegam ao século XXI com a certeza de que precisam avançar cada vez mais nas relações entre elas e os homens, não bastando apenas a inclusão na ordem estabelecida. Por isso, precisamos promover um amplo debate na sociedade e fazer a crítica às relações estruturantes do sistema político brasileiro que permeiam o Estado: o patrimonialismo e o patriarcado a ele associado, o clientelismo e o nepotismo que sempre o acompanham, a relação entre o populismo e o personalismo que faz estagnar a esfera política e todas as múltiplas formas de exclusão e discriminação.

Viva o 8 de março! Dia Internacional das Mulheres! ★

***Ana Affonso** é deputada estadual do PT/RS.

Erradicar a pobreza e a miséria, uma crucial questão de gênero

Leia a seguir a entrevista de *Página 13* com Iriny Lopes, ministra das Mulheres do governo Dilma Roussef.

Página 13: **Quais as perspectivas e prioridades da SPM?**

Iriny Lopes: Ao definir como eixo prioritário de governo a erradicação da pobreza e miséria, a presidenta Dilma aponta, para a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a sua prioridade, pois do contingente da população que vive nessas condições, as mulheres são a maioria e dentre elas as negras. E não se extingue a pobreza e a miséria, sem considerar as suas maiores vítimas. Pobreza tem sexo e cor. E, portanto, deve merecer atenção diferenciada. Sem, no entanto, diminuir ou reduzir as ações estruturantes para ir sedimentando novas práticas de equidade e de igualdade, como a construção da matriz de governo para as políticas públicas para as mulheres, para institucionalizar e dar transversalidade para que elas sejam incorporadas por todas as instâncias de governo e cheguem até a ponta onde devem ser efetivadas. E, também, incentivar ações no campo da cultura, da produção de conhecimento, nas comunicações, nos espaços de poder e decisão, nas esferas das leis, na ciência e no mundo do trabalho.

Por isso, o desafio é, de um lado, dar concretude às políticas públicas que já existem e efetivá-las, como políticas de Estado, para que não fiquem reféns da sensibilidade do gestor quanto à questão de gênero. De outro lado, intensificar as políticas que garantam a promoção da autonomia econômica e política das mulheres, aumentando a inserção e permanência delas no mercado de trabalho formal. Para tanto, é necessário possibilitar o acesso à formação e qualificação profissional, ampliar do número de creches, educação infantil integral e de qualidade, instalar restaurantes, cozinhas e lavanderias comunitárias próximas às suas casas, entre outras ações de apoio para que possam permanecer no mundo do trabalho com igualdade de renda e de oportunidades e promover a sua participação e protagonismo nos espaços de poder e de decisão.

Página 13: **E para este ano, quais são as prioridades, pois será o primeiro ano da primeira presidenta do Brasil?**

IL: Logo que assumimos encontramos duas agendas urgentes: o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher e a III Conferência Nacional das Mulheres. Esses eventos têm um sentido simbólico e político muito importante, pois será o 8 de Março do primeiro ano da primeira presidenta do Brasil. Não haverá outro. O mês de março vai inaugurar uma agenda intensa de eventos e anúncios de políticas públicas para marcar essa data para além da comemoração, o que é importante, mas que dê sinais de que as políticas para as mulheres é problema de governo e do país, e têm que se materializar em mudança na vida das mulheres, traduzindo na sua autonomia econômica, social e política.

Ministra Iriny Lopes

A outra pauta é a III Conferência de Políticas para as Mulheres que vai acontecer no período de 12 a 15 de dezembro e deve fazer uma avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Este plano é nosso eixo de ação, pois contém os conceitos, as políticas e as metas para a construção da igualdade de gênero e foi formulado por milhares de mulheres.

A III Conferência dará ênfase ao seu processo de construção, a partir dos municípios, estados e regiões, até a sua culminação, com a presença de mais de três mil mulheres em Brasília. Queremos que seja o momento de afirmação e visibilidade das mulheres na formulação de políticas, em sintonia com os eixos do programa de governo da Presidenta Dilma, que é erradicar a pobreza e a miséria.

Página 13: **Como vai ser a relação da SMP com os movimentos sociais e os governos nos estados e municípios?**

O desafio é, de um lado, dar concretude às políticas públicas que já existem e efetivá-las, como políticas de Estado, para que não fiquem reféns da sensibilidade do gestor quanto à questão de gênero. De outro lado, intensificar as políticas que garantam a promoção da autonomia econômica e política das mulheres, aumentando a inserção e permanência delas no mercado de trabalho formal.

Vamos manter um diálogo permanente e propositivo com os movimentos sociais e todos os setores. Realizamos no início de fevereiro a primeira reunião do Conselho da Nacional dos Direitos da Mulher. Estamos também em articulação com o Congresso e a bancada feminina para avançar nas pautas de interesse das mulheres. Outro movimento que estamos articulando é com judiciário para ampliar e melhorar o acesso aos direitos, impedir a desconstrução da Lei Maria da Penha e fazer uma frente com todos os setores da sociedade para a defesa da lei.

Página 13: **E como ficam os programas que são desenvolvidos pela Secretaria?**

IL: Todos os programas estão sendo revistos e ampliados. Queremos dar mais escalas a eles, com ênfase às ações de promoção da autonomia econômica das mulheres e no enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Para isso iniciamos diálogos com governadores e prefeitos para repactuar Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e intensificar os mecanismos de atendimento como a Central 180.

Os dados do Disque 180 mostram que de janeiro a dezembro do ano passado foram registrados mais e 700 mil atendimentos, um aumento de 82,8% em relação ao ano anterior - (2009 com 269.977). No total, o Disque 180 já recebeu mais de um milhão e meio de ligações (1.658.294 atendimentos), a maioria para pedir informações sobre a Lei Maria da Penha.

***Página 13:* O que representou a criação da lei Maria da Penha para as mulheres ?**

IL: Uma conquista para as mulheres brasileiras, é a lei mais conhecida pela população e considerada mais eficaz para combater a violência e punir os agressores. Segundo pesquisa recente da Fundação Perseu Abramo, a cada dois minutos, cinco mulheres são agredidas. A cada dia, 10 mulheres são assassinadas. Somente nos últimos 12 meses um milhão e trezentas mil mulheres acima de 15 anos foram agredidas. Por esses dados podemos avaliar que a Lei Maria da Penha, não só é importante para punir com rigor os agressores, mas é um instrumento de reconhecimento histórico de que mais da metade da população do Brasil, que é composta por mulheres, deve ter sua integridade física, moral e psicológica protegida. E com isso, reconhece que a violência doméstica, uma face cruel das desigualdades entre homens e mulheres na sociedade, deve ser erradicada. Um instrumento de lei que pune a violência doméstica, é o reconhecimento do estado de que as mulheres brasileiras têm quem as proteja. Mas é necessário garantir, afirmar e defender a Lei Maria da Penha para que ela não seja desmantelada. Nesse sentido estamos nos somando ao movimento de apoio e defesa da lei que está sendo articulado pelos movimentos sociais e instituições, inclusive de magistrados.

***Página 13:* As mulheres negras e indígenas estão entre os grupos mais vulneráveis à pobreza, sofrendo dupla discriminação. Como a SPM incorpora as perspectivas de raça e etnia nas políticas de gênero?**

Iriny conversa com mulheres parlamentares

IL: Atuar na perspectiva de raça e etnia é parte constituinte da Secretaria e é incorporada em todas as suas frentes de trabalho. Mas ao elegermos como prioridade, sem deixar os outros aspectos, o combate à pobreza e miséria que afetam de forma mais contundente as mulheres negras e indígenas, vamos poder dar maior escala a perspectiva de raça e etnia e especialmente ao Programa Gênero e Diversidade na Escola na educação para a igualdade e atuar em diálogo permanente com os gestores públicos para a efetivação dessas políticas na vida concreta das mulheres, além de apoiar os programas que já atuam nesse sentido.

***Página 13:* Como a SPM está atuando junto ás mulheres indígenas?**

IL: Temos uma dívida histórica com os povos indígenas e em especial com as mulheres que ao longo da história foram despossuídas de seus territórios e, com isso, impossibilitadas de perpetuar sua cultura e modos de vida. Grande parte dos problemas enfrentados pelas mulheres indígenas, está diretamente relacionado à defesa de seus territórios. Muitas etnias estão desaldeadas, outras com seus territórios ameaçados, e outras ainda não os têm demarcados. Nos últimos anos, as políticas de governo têm enfrentado com mais intensidade essas questões, pois implica na ação articulada de várias pastas, de forma diferenciada e específica, para garantir os direitos dos povos indígenas, a defesa de seus territórios e a equidade de oportunidades com educação, atendimento à sua saúde e incentivos econômicos para fortalecer sua autonomia, perpetuar sua cultura e participar da vida nacional, sem discriminação. Da parte da SPM, estamos imbuídas na responsabilidade de contribuir de forma propositiva para que as políticas públicas para as mulheres contemplem de forma eficaz as mulheres de todos os povos e comunidades tradicionais do Brasil. Em especial na perspectiva de sua autonomia e protagonismo e respeito à diversidade e á diferença.

***Página 13:* Como está a participação da mulher na política? Com a eleição da Presidenta Dilma, o que pode mudar?**

IL: A presença das mulheres na política não é uma questão de número ou de comparação entre homens e mulheres. Mas de equidade e de igualdade de gênero, requisitos necessários para alcançarmos a democracia plena e o desenvolvimento com justiça. E é também uma questão de qualidade, pois as mulheres na política trazem com mais profundidade o debate sobre questões importantes para o desenvolvimento como a erradicação da pobreza e miséria, a promoção do pleno emprego e renda, saúde, educação o enfrentamento à violência e as desigualdades, segurança alimentar, dentre outros. Elegemos uma presidenta, subimos para nove o número de ministras e a nomeação de mulheres para os cargos do segundo escalão cresceu 75%. Mas, apesar dos avanços, as mulheres ainda têm pouca presença, se formos comparar com os dados dos poderes legislativos, que têm em média 10% de presença feminina e o Judiciário, com apenas 15%, veremos que estamos ainda muito longe de alcançar a equidade e a igualdade de gênero nos altos escalões.

***Página 13:* Como a SPM vê a imagem da mulher na mídia?**

IL: O Capitulo 8 do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, versa sobre a Cultura, Comunicação e Mídia Igualitárias, Democráticas e não Discriminatórias. Dentre seus objetivos está a promoção e articulação

Iriny recebe Bancada Feminina do Congresso

de redes de monitoramento em cada região do país, para denuncias de abordagens discriminatórias de gênero, raça, etnia e orientação sexual na mídia em geral e ainda ampliar em 50% os Pontos de Cultura. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres é nosso eixo condutor e estamos tratando ampliar a escala de suas ações. Num ambiente não democrático dos meios de comunicação, no qual os direitos das mulheres e especialmente das negras e índias são constantemente violados, sua imagem é abordada, na maioria das vezes, de forma machista, sexista e xenófoba, sem que haja um espaço, nas próprias mídias, para a sua defesa, e a educação de direitos, especialmente o direito à comunicação.

A situação ideal só vai existir quando tivermos uma mídia democrática, não oligopolizada e com uma regulação que respeite os direitos de todas as pessoas dando equivalência na produção de conteúdos com enfoque e respeito para as questões de gênero, raça, etnia e orientação sexual.

***Página 13:* Quais os principais desafios das mulheres jovens e idosas?**

IL: As ações de SPM têm recorte de geração. E os desafios dados tanto às jovens quanto às idosas está na possibilidade de se desenvolverem com plenitude, cada uma dentro de suas expectativas e visão de mundo, mas com equidade e oportunidades. Sabemos que as mulheres idosas hoje em grande parte continuam no mercado de trabalho, ou mesmo arcando com os cuidados dos netos e idosos. Estamos empenhadas em promover ações que contemplem essas mulheres, com oportunidades de acesso à créditos diferenciados, à formação e qualificação para que tenham trabalho e renda compatíveis com suas qualidades e necessidades. Já, em relação às jovens, o importante é que as políticas de equidade no mundo do trabalho, formação e qualificação profissional e educação de qualidade também contemple essa nova geração, para que não se perpetuem as desigualdades, que tenham acesso à produção cultural e aos espaços de expressão da cidadania.

***Página 13:* As mulheres homossexuais sabem lidar melhor com o preconceito, por quê?**

IL: O preconceito viola a condição humana da mesma forma, independente da sua orientação sexual. Não existe mais ou menos preconceito, o ato discriminatório, quando é praticado, fere igual. O que ocorre é que os homossexuais são mais vitimizados, pois vivemos numa sociedade machista, sexista e patriarcal. Se as mulheres e os homens homossexuais reagem diferentes ao preconceito, isso não diminui o fato de que de todos são vitimas iguais dessa violação da condição humana

***Página 13:* A SPM tem em parceria com a ONU, o Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia. Como vai ocorrer a relação com organismos internacionais?**

IL: Recentemente fizemos um pronunciamento na abertura da 55ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), na criação da ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento da Mulher. Na ocasião destacamos o momento especial em que vivemos com a eleição da primeira mulher Presidenta do Brasil, País.

Estivemos também com a diretora da Divisão de Assuntos de Gênero da CEPAL, Sonia Montaño, para tratar dos temas da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe e da implementação do Consenso de Brasília, documento aprovado pelos países da região durante a XI Conferencia Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, realizada em Brasília, em julho do ano passado.

Estamos atuando de forma a multiplicar o diálogo para a efetivação e transversalidade das políticas para as mulheres entre todos os sujeitos, também no âmbito das políticas internacionais, em sintonia com os organismos internacionais e em cumprimento aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Atuar nessas áreas é ampliar a nossa perspectiva de igualdade e manter o diálogo com os organismos internacionais de forma a contribuir com o avanço das ações de combate às desigualdades especialmente nos países em desenvolvimento e no diálogo com os paises e movimentos sociais da América Latina e Africanos. O Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero Raça e Etnia é um instrumento importante nessa perspectiva.

***Página 13:* Como a chegada de uma mulher à Presidência afeta as políticas de gênero do país?**

IL: Elegermos uma Presidenta é um marco histórico sem precedentes. A Presidenta Dilma chegou à Presidência não trazida por uma história política 'agregada' à elite ou a uma tradição oligárquica. Ele vem por mérito próprio, com uma biografia de afirmação da liberdade, da igualdade e defesa da democracia e direitos. Ela vem suceder um operário que vem das lutas populares.

É um marco simbólico, político e histórico que põe luz sobre a força da mulher brasileira e sua capacidade para acabar com um conjunto de práticas discriminatórias a começar com a pobreza, a violência, ausência de participação política e autonomia econômica. Uma mulher na Presidência muda a forma de entender e de operar as políticas especialmente para as mulheres. E de tratar com o poder, ou de operar o poder, ainda no marco do estado burguês. ★

Primeira reunião do Conselho de Mulheres, realizada em fevereiro

Presidenta!

*Rodrigo Cesar **

Na placa do automóvel que conduziu Dilma em sua posse no dia 1º de janeiro de 2011 lia-se: "Presidenta da República". Desde então, abaixo de sua assinatura nos documentos oficias da presidência, essa é a expressão utilizada. O antigo "Aerolula" também mudou: agora ele é de "uso exclusivo da excelentíssima senhora Presidenta da República e tripulação". A decisão de Dilma incomodou muita gente. Por quê?

Recusar-se a usar o termo "presidente" e substituí-lo por "presidenta" é, aparentemente, um simples ato que muda a norma gramatical. Nada demais, já que mudanças gramaticais acontecem cotidianamente, não precisam esperar por acordos entre países lusófonos. Mais inofensivo ainda se considerarmos que parte significativa dos dicionários já considera que o feminino de "presidente" é "presidenta". Portanto, qual o motivo de tanto alarde?

Aos que consideram a atitude de Dilma um "assalto à gramática" ou se perguntam "o que será do futuro de nossa bela língua portuguesa?" dou uma sugestão: passem a escrever e falar como fazia Pero Vaz de Caminha. A leitura de sua famosa carta serve, ademais, para refletir a respeito das mudanças na língua e perceber que ela não é estática.

A língua é mais livre e dinâmica que as regras gramaticais. Quem faz a língua é quem a usa. Se o povo brasileiro passar a usar o termo "presidenta", está decidido. Os dicionários e as regras fazem mais acompanhar as tranformações da língua real do que estabelecer modelos de antemão. O que é certo ou errado na língua depende de quem fala e de quem ouve, de quem escreve e quem lê. Por isso, neste debate sobe "presidente" x "presidenta", é o povo decidindo. Nada mais democrático.

Mas o problema de fundo, aquele que incomoda mesmo, não é a mudança gramatical em si, mas o rumo que ela toma: como significa a afirmação, a autonomia e a emancipação das mulheres, implica em sérios problemas para uma estrutura social sustentada pelo machismo e o patriarcalismo. Esta é a polêmica. Eis porque o simples uso da palavra "presidenta" não é tão inofensivo assim.

Formalmente, a norma diz que "presidente" não tem gênero, é palavra neutra, uma vez que é o particípio ativo do ato de presidir: quem preside é presidente, da mesmo modo que quem estuda é estudante, quem ataca é atacante etc. Porém, na vida real, no uso vivo, corrente e dinâmico da língua, a palavra "presidente" historicamente se remeteu a homens, uma vez que foram eles (e não elas) que vieram assumindo postos cuja responsabilidade é "presidir". A pretensa neutralidade, portanto, não existe na realidade concreta que as pessoas vivem, apenas no papel e na imaginação.

Chamar Dilma de "presidenta" não tem um impacto meramente simbólico. Trata-se de combater a invisibilidade (inclusive linguística) à qual as mulheres têm sido historicamente submetidas, manifestação de um processo mais amplo de restrição das mulheres nos espaços públicos, limitando-as às esferas privadas: sobretudo a família, a maternidade, o lar e o sexo.

Chamar Dilma de "presidenta" não tem um impacto meramente simbólico. Trata-se de combater a invisibilidade (inclusive linguística) à qual as mulheres têm sido historicamente submetidas, manifestação de um processo mais amplo de restrição das mulheres nos espaços públicos, limitando-as às esferas privadas: sobretudo a família, a maternidade, o lar e o sexo.

Vale a pena frisar: no Brasil, somente a partir de 1932 as mulheres ganharam o direito de voto no país. Ainda assim, nem todas. Apenas as casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras com renda própria garantiram este direito. Estas restrições, por sí só, indicam o grau de opressão existente então. Da fato, muito mudou de lá para cá, resultado da luta e do conflito.

Mas o machismo persiste. Mulheres continuam ganhando menores salários pelas mesmas tarefas, a feminização da pobreza é evidente e a violência contra a mulher segue tristemente como parte do cotidiano das milhões de brasileiras. Portanto, a questão vai além: não é meramente gramatical ou linguística. Ela está relacionada à primazia masculina nos espaços de decisão e sociabilidade, à disparidade das condições materiais de vida entre homens e mulheres e à uma cultura que contribui para reproduzir este quadro social.

Consciente ou inconscientemente, as pessoas que tanto se empenham em criticar a decisão da Presidenta da República de ser chamada desta maneira reforçam não o machismo da gramática, mas o machismo da sociedade, que se comunica por meio da linguagem e nela expressa seu preconceito, seja ele escancarado ou o mais recôndito.

O dia 8 de março de 2011 vem para dizer não apenas que as mulheres podem ser presidentas da República, das casas legislativas, dos tribunais de justiça, das associações, dos sindicatos, das empresas, das cooperativas etc. Este é o dia em que o mundo deve passar a reconhecer que as mulheres são, antes de tudo, presidentas de si mesmas. ★

***Rodrigo Cesar** é militante do PT, estudante de História e estagiário do Centro Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu Abramo.

Dakar 2011: FSM na berlinda

*Renato Simões**

Continuam como temas em debate sobre o futuro do FSM um conjunto de questões que somente ficaram mais agudas com a crise da hegemonia neoliberal. Como concretizar em jornada e calendários de luta, coordenação de ações comuns e construção de alternativas os debates havidos no decorrer do FSM?

O FSM realizou em Dakar, Senegal, no começo de fevereiro, a sua edição centralizada em meio a uma conjuntura instigante e um grande debate político e metodológico sobre seu próprio futuro.

A conjuntura instigante foi responsável pelos melhores momentos do FSM Dakar. Em primeiro lugar, o evento mergulhou na realidade africana e foi com certeza um forte instrumento de mobilização e qualificação política dos movimentos sociais e das forças políticas e sociais do continente. Realizar um encontro internacional dessa dimensão em território e no contexto econômico, político e social africano sempre é relevante para os que dele participam, africanos ou não.

Em segundo lugar, pela coincidência no tempo entre a realização do FSM e as revoltas populares nos países árabes e da África do Norte, uma eclosão de novos atores sociais que revolucionaram o cenário político da região. O FSM se reuniu entre a queda dos ditadores da Tunísia e do Egito, com relação pela Internet entre o que acontecia em Dakar e o que acontecia nestes países.

Foram igualmente bem sucedidas as caravanas preparatórias que saíram de vários países africanos rumo a Dakar, realizando debates e atividades de intercâmbio pelo trajeto, e a Marcha de Abertura, com mais de 70 mil participantes, que deu uma visibilidade grande a um evento que pouco dialogou com a cidade na sua preparação.

Não é por acaso que os mais entusiastas na avaliação do FSM Dakar durante a reunião do Conselho Internacional do FSM foram justamente os representantes africanos, para quem o FSM cumpriu seus principais objetivos e colaborou na formação política e ideológica de uma camada militante dos movimentos sociais e de esquerda, dos mais sólidos e consolidados aos mais frágeis.

Se esse lado positivo do FSM Dakar não pode ser secundarizado, é igualmente verdade que os dilemas e impasses políticos e metodológicos que marcam o debate entre os movimentos sociais e ONGs que compõem o seu Conselho Internacional apareceram com maior nitidez e contundência neste evento.

Os problemas financeiros e logísticos implicados na organização das atividades autogestionadas e outras assembléias constantes da pauta do FSM explicam apenas em parte o desgaste sofrido durante os dias do evento. Evidentemente que o caos -- muitas vezes criativo e desafiador -- em maior ou menor escala sempre ronda a diversidade do FSM. No caso de Dakar, ameaçou sua própria realização e condicionou fortemente seus resultados.

Ainda que os elementos todos não estavam à mão, estimou-se ao final do evento que cerca de 20% a 25% das atividades programadas puderam ser efetivamente realizadas no espaço e tempo previstos. Muitas ONGs e movimentos sociais mais estruturados puderam improvisar utilizando recursos financeiros adicionais para viabilizar suas atividades. A falta de uma programação distribuída a tempo de orientar os participantes e a efetiva implementação deixaram dezenas de pessoas vagando pelos espaços do FSM, com enorme dispersão de energia política.

Do ponto de vista político, outro grande questionamento à metodologia do FSM é justamente o da efetividade de seus debates no enfrentamento do capitalismo e do neoliberalismo. O outro mundo possível almejado no ideário do FSM é igualmente urgente e necessário, e construir lutas sociais anti-capitalistas e anti-neoliberais em torno de alternativas econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais é condição para concretizá-lo.

Neste sentido, continuam como temas em debate sobre o futuro do FSM um conjunto de questões que somente ficaram mais agudas com a crise da hegemonia neoliberal. Como concretizar em jornada e calendários de luta, coordenação de ações comuns e construção de alternativas os debates havidos no decorrer do FSM? Como dialogar com as diferentes realidades da luta anti-capitalista e anti-neoliberal nas várias regiões do Globo, buscar converg6encias, estabelecer alianças e sincronizar ritmos? Especificamente no caso latino-americano, onde os movimentos sociais constituíram alianças e condutos políticos para suas lutas e reivindicações que chegaram ao governo nacional em vários países, como dialogar com essas experiências? Como avaliá-las criticamente, exercendo de fato e de direito sua autonomia, e ao mesmo tempo avançar em pontos comuns a serem levados adiante no plano internacional e local? Como efetivamente dar continuidade ao espírito do FSM nos dois anos que separam um evento centralizado de outro, com rodízio de continentes?

Enquanto o Conselho Internacional constitui mais um Grupo de Trabalho interno para debater o futuro do FSM, a Assembléia dos Movimentos Sociais se constitui num dos mais importantes frutos deste processo e o supera positivamente. Mais de 2,5 mil pessoas participaram de uma empolgante assembléia, aprovaram uma Declaração Final bastante significativa e aprovaram um calendário de lutas e mobilizações internacionais para fazer avançar a construção do outro mundo possível, urgente e necessário. Um processo para apostar, apoiar e conferir. ★

***Renato Simões** é Secretário Nacional de Movimentos Populares do PT e representa o Foro de São Paulo como membro-observador do Conselho Internacional do FSM.

Um amigo e militante incomum

*Celso Marcondes**

A fala mansa, a tranquilidade constante, a disposição para um bom papo eram suas características. Uma daquelas pessoas que, depois de algum tempo de contato, você imaginava: "esse, vai passar dos 100 anos". Cigarro na mão direita - naqueles tempos em que ainda se podia fumar nos locais de trabalho sem ser ameaçado de enforcamento -, copinho de café na esquerda, ele se aproximava e iniciava um diálogo. Muitas vezes, engatava. Noutras, as respostas monossilábicas faziam-no perceber que o interlocutor não estava com ganas de conversa. Daí, ele se virava e voltava para suas lides. Ou procurava outro para a prosa, até que a chama do cigarro se extinguisse e o copo plástico esvaziasse.

Na mais que pequena empresa onde trabalhamos juntos, recebeu certa vez a visita de uma fiscal do INSS. Como fazia com todos, acolheu-a com boa recepção, mesmo sabendo que atrasos em pagamentos e excessos na terceirização de serviços poderiam ser fontes de dissabores. Durante uma semana ela passou pela empresa, a vasculhar a papelada.

Na sexta-feira, aproximou-se da minha mesa e contou de chofre, sem perder a serenidade: "A dona fulana encontrou alguns problemas, falou que vai nos autuar". Preocupado, parei imediatamente o que estava fazendo e indaguei: "Sério? O que vamos fazer?". Edgard emendou: "A multa vai ser brava. Ela insinuou uma propina para aliviar...". "E daí, o que você respondeu?", questionei com os nervos expostos. "Ora, eu a mandei autuar, não vamos alimentar vagabundo". Simples assim, sem vacilar.

Dentro do PT de São Paulo era daqueles que muita gente conhecia. Os grandes embates políticos internos, que separavam tendências e blocos, ele acompanhava com interesse e com prudente distanciamento, apesar de assumir suas posições. Tratava a todos da mesma forma, como que fizesse questão de não colecionar adversários ou inimigos. Com a maior naturalidade.

Quando funcionário do partido, conquistava logo a confiança dos chefes. As informações sigilosas, guardava como as inconfidências contadas nos papos sem compromisso num happy-hour com os amigos. O que entrava pelos dois ouvidos, não saía pela boca.

Acumular patrimônio, conquistar postos dentro da hierarquia partidária, cavar uma cômoda vaga de assessor em algum gabinete de parlamentar conhecido, não faziam parte de seus planos de vida. A palavra ambição não constava do seu vocabulário.

Mais gratificante para ele era acompanhar os jogos do Corinthians. Às segundas-feiras, depois de vitórias, devorava as páginas esportivas dos jornais. Em seguida, como quem não quer nada, se aproximava dos são-paulinos, palmeirenses e santistas e perguntava; "Daí, viram o jogo ontem?". E se seguiam as provocações e brincadeiras de sempre, sem jamais baixar o nível ou subir o tom. Futebol, para Edgard, era não mais que diversão. Se perdeu o sono alguma noite por conta do Corinthians, eu não saberia dizer, embora ele nunca tivesse chegado ao trabalho com cara de noite mal dormida, mesmo depois das maiores tragédias futebolísticas.

Talvez só Angélica possa dizer algo a respeito. Sim, Edgard tinha uma Angélica ao lado dele, tinha que ter. O tempo todo. Durante os dez anos em que convivemos sempre acreditei, que, entre outras virtudes, era ela quem botava a pilha necessária no amigo quando sua tranquilidade excedia.

Nos últimos tempos, os caminhos da vida limitaram nossos contatos ao mínimo. Raros telefonemas, alguns encontros breves nas ruas ou em eventos. Mantinha o bom-humor, a fala mansa, o sorriso sob o bigode, o cumprimento afetivo e caloroso.

Numa manhã, no final do ano passado, recebo um telefonema do Fabinho. Ele me conta que o amigo estava muito doente e que exibia um nervosismo incomum. Sugeri uma cerveja de final ano e a data ficou de ser marcada. No dia seguinte liguei para Angélica, que com a tranquilidade típica do marido, tratou de me dizer que nada havia de grave.

Não é só a partida dos grandes dirigentes partidários que se deve lamentar. Edgard Cipolli Ribeiro morreu aos 58 anos. Quem não o conheceu, perdeu.

Passados dois meses, sem que eu mexesse uma palha para que a ida ao bar fosse consumada, nova ligação do Fabinho. Desta vez, o choro era incontrolável, Edgard não havia resistido.

No velório, Angélica, ainda a exibir força depois de meses de agonia ao seu lado, disse que ele não queria preocupar os amigos com sua doença. E contou que no dia em que o Corinthians foi eliminado da Libertadores, no quarto do hospital, ele recriminava o enfermeiro: "Pô, você me deixou sedado apenas até o primeiro tempo terminar, se era para ver isso, podia me deixar dormindo mais tempo!".

Naquela noite, ele pode ter ficado nervoso. Mas eu acho que foi só naquela noite. E por pouco tempo. ★

***Celso Marcondes** é jornalista e militante do PT